

---

*Nós do Quarto Distrito: A classe trabalhadora  
porto-alegrense e a era Vargas*

FORTES, Alexandre. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 459 p.  
(Coleção Anpuh/RS).

*Clarice Gontarski Esperança\**

---

O mérito mais óbvio, mas nem por isso menos importante, de *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas* é atrair o olhar para a formação cultural e social que atende pelo nome de Quarto Distrito, em Porto Alegre. Essa composição histórica e peculiar de classe, marcada por experiências comuns e noções comunitárias em um espaço urbano determinado, define muito mais o Quarto Distrito do que a sua simples delimitação geográfica, como os bairros Navegantes e São João e a região contígua, na zona norte da capital gaúcha. O espaço urbano também é apreendido em termos de cultura; e foi uma forte cultura operária e comunitária que emergiu nessa região, nos anos 30, na cidade que era então o terceiro centro industrial do Brasil, como lembra Silvia Petersen no prefácio da obra.

*Nós do Quarto Distrito* tem sua origem na tese de doutorado de Fortes, defendida em janeiro de 2001, no Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O autor integra um grupo de historiadores do trabalho, unidos por laços de amizade e com preocupações teóricas semelhantes, do qual também fazem parte Fernando Teixeira da Silva, Antonio Luigi Negro, Hélio Costa e Paulo Fontes. Influenciados pelas noções de experiência e cultura de E.P. Thompson, o grupo tem entre seus focos a revisão do conceito de populismo. Fortes tem publicado vários artigos em revistas, exibindo

---

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista do NCPq.

um sólido alicerce teórico, além de ser co-autor da coletânea *Na luta por direitos*: estudos recentes em história social do trabalho (Campinas: Edunicamp, 1999) e co-organizador de *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado (Campinas: Edunicamp, 2004). Atualmente, o autor é coordenador do Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política – da Fundação Perseu Abramo. É importante destacar, ainda, que *Nós do Quarto Distrito* integra a Coleção Anpuh-RS, importante iniciativa da entidade visando a editar a historiografia produzida sobre o estado, já tendo lançado três títulos no mercado.

Fortes já havia se debruçado sobre o período Vargas em sua dissertação de mestrado, defendida também na Unicamp, em 1984, quando estudou trabalhadores e organização sindical em Porto Alegre, entre 1933 e 1937. Apesar de seu título: *Nós do Quarto Distrito* não restringe sua análise e levantamento de dados somente aos anos da *era Vargas*. Para investigar mais profundamente o período, o autor sentiu necessidade de estender o campo de estudos à participação política dos trabalhadores porto-alegrenses desde o mutualismo do final do século XIX, chegando até o fim do derradeiro governo de Getúlio, em 1954.

Em termos de fontes e documentação, além de entrevistas, atas de assembléias sindicais e periódicos, Fortes realizou extensa pesquisa em arquivos e bibliotecas, inclusive nos Estados Unidos e na Inglaterra. Documentos inéditos sobre a enchente de 1941 e sobre a preocupação americana com a expansão nazista entre os empresários gaúchos foram encontrados no *National Archives and Records Administration II*, nos Estados Unidos. Ao leitor também são oferecidas 10 tabelas ou quadros e 20 imagens. Dentre essas últimas, estão um mapa do Quarto Distrito em 1943, identificações criminais de líderes operários, fotos de eventos promovidos pelos trabalhadores e até um *fac-símile* da capa do relatório do Consulado Americano em Porto Alegre sobre a Varig.

A obra se divide em três partes: a primeira, *O Quarto Distrito*, compreende três capítulos e apresenta de início ao leitor dados espaciais e populacionais de ocupação da região, oferecendo, entre outras informações, tabelas com o perfil das principais empresas que se instalaram na “cidade dentro da cidade”. Em seguida, Fortes passa a privilegiar trajetórias individuais e familiares coletadas por meio de entrevistas, buscando entender as experiências e os valores ligados ao processo de recomposição de classe na capital gaúcha, que ocorre no período, com o incremento da industrialização. Sob o olhar vigilante do

historiador, ex-trabalhadores e moradores expõem suas memórias e os valores ligados à ética do trabalho, à divisão de gênero, à vizinhança, ao relacionamento entre as diversas etnias que afluíram para a região e ao lazer comum. Esse desvendamento do cotidiano, pela fala das testemunhas também está presente no último capítulo da primeira parte, quando um evento-chave na vida da cidade, a enchente de 1941, adquire diferentes significados no discurso dos trabalhadores e no das empresas. O foco no detalhe permite ver que a inexistência de confrontação aberta com os empresários não era atrelada, necessariamente, à perda da autonomia dos operários.

Na segunda parte, *Classe e etnicidade*, o autor enfoca o significado histórico da afirmação das nacionalidades e etnias e as políticas paternalistas das duas empresas mais importantes da região: a Renner e a Varig. O primeiro capítulo dessa parte analisa como se construiu a identidade dos “polacos”, denominação que abrigava, a grosso modo, ucranianos, russos e judeus, além dos imigrantes realmente oriundos da Polônia. Defende Fortes que o processamento cultural das demandas sociais emergentes permeia a construção e reelaboração, no novo país, de noções como *etnia* e *nação*. O destaque do capítulo seguinte, além de uma análise fina das estratégias de dominação paternalista empresariais, é a revelação inédita de documentos comprovando as ligações da Varig, em seus primórdios, com o partido nazista alemão, a partir de seu fundador Otto Ernest Meyer e de outros acionistas.

*Sindicalismo e participação política* é o tema da terceira e última parte, que acompanha, por seis capítulos, a organização da classe trabalhadora em Porto Alegre desde o final do século XIX até 1954. Um dos focos importantes são as greves, a partir da paralisação de 1906 até os movimentos de 1933 a 1935 e de 1945 e 1954. Ao analisar a atuação de sindicalistas do período populista, como José César Mesquita, líder dos metalúrgicos, Fortes mostra como “a exploração das possibilidades e brechas legais”, geradas pela legislação trabalhista, e a ênfase na organização e na negociação eram vistas como os caminhos a trilhar na busca de conquistas pelos trabalhadores durante o período populista. Tais escolhas muitas vezes provocavam discordâncias importantes entre os líderes operários e as direções do PTB e do PCB, quebrando a idéia de atrelamento automático que caracterizou (durante anos) o conceito de populismo. Na conclusão, Fortes lembra, por exemplo, como a atuação dos empresários *em relação* aos operários e as estratégias veladas e cotidianas de resistência foram negligenciadas pela

análise intelectual na definição da classe trabalhadora brasileira, obscurecida pela hipertrofia explicativa do Estado como espaço de dominação absoluta.

O autor mostra que, se a hegemonia burguesa impôs limites à mobilização dos trabalhadores do Quarto Distrito, esses construíram um espaço de resistência a partir da constituição de uma identidade comum, formada a partir do e no cotidiano. A força dessa identidade é perceptível até hoje para quem conhece ou viveu no Quarto Distrito, mesmo que a região não seja mais pólo industrial. As redes de vizinhança e de sociabilidade deixaram suas marcas para além da desarticulação política provocada pelo Golpe de 64 e da decadência econômica. Tal como uma resistência silenciosa, a memória que define a região como um espaço à parte na cidade sobreviveu até a reestruturação produtiva dos anos 80-90, que extinguiu empregos e acabou com muitos dos saberes operários.

A discussão sobre o populismo e o trabalhismo reveste-se hoje de atualidade. Não se trata apenas de buscar os limites do conceito a partir de sua confrontação com dados empíricos. A construção de novas bases teóricas e historiográficas, para entender a configuração da classe que se delineou nos anos que se seguiram à Revolução de 30 é importante para compreender o presente. Projetos de poder político, tanto à esquerda quanto à direita, foram alicerçados pela instrumentalização histórica desses conceitos. A revisão do caráter de objeto manipulado e atribuído à classe trabalhadora permite ainda observar nuances antes negligenciadas nas análises, como a visão da Justiça do Trabalho, como horizonte possível para a conquista de direitos e a definição do espaço jurídico como arena de luta, não limitado à mera estratégia de dominação do Estado. Por tudo isso é que a obra de Fortes é bem-vinda e essencial.